



## A TEORIA PÓS-COLONIAL E AS MULHERES BRASILEIRAS NOS SÉCULOS XVII E XIX

Larissa Andrade dos Santos

*UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)*

[andradesantos.larissa@gmail.com](mailto:andradesantos.larissa@gmail.com)

**RESUMO:** A teoria pós-colonial auxilia a compreensão das múltiplas experiências vivenciadas por mulheres no Brasil, isso porque descentraliza a discussão elitista da mulher restrita ao ambiente familiar, apontando que as mais pobres já trabalhavam para sustentar as famílias, já outras guerreavam entre os séculos XVII, XVIII e XIX. Entretanto, ainda se conserva a concepção européia da mulher enclausurada por seus pais e posteriormente por seus maridos, desconsiderando outras mulheres que desde o século XIX já contribuía com a renda familiar, trabalhando fora de casa ou guerreando contra práticas colonialistas. É certo que as mulheres mais ricas ao decorrer do século XIX eram submissas aos homens, saindo de casa apenas para freqüentar missas, enterros ou para casar-se, estando a cargo do pai a escolha do marido, uma vez que o casamento era visto como um negócio entre as famílias, o que não significa desconsiderar a experiência de outras mulheres. Nesse sentido, o objetivo do artigo é contribuir para a desconstrução de um ideal universalista e elitista, que concebe a mulher do século XIX restrita ao ambiente familiar, buscando percorrer diferentes organizações de vida, família e sociedade. Para isso, a metodologia utilizada recorre à história cultural, permitindo compreender a realidade como construção que delinea formas de pensar e ler o mundo.

**Palavras-Chave:** Mulheres. Teoria pós-colonial. História cultural.

### INTRODUÇÃO

A maioria das mulheres latino-americanas permaneceu oculta da historiografia tradicional, já que com a influência européia predominou, exclusivamente, na sociedade um modelo feminista europeu, relacionado à elite da época. É certo que ao decorrer do século XIX algumas mulheres de classes médias/altas eram vigiadas por seus pais e quando casadas precisavam dedicar-se a vida doméstica. Entretanto, existiam outras que para contribuir com a renda familiar trabalhavam fora de casa como lavadeiras, passadeiras ou

domésticas, algumas inclusive guerreavam para garantir direitos.

Do ponto de vista do gênero, compreendo que a condição feminina envolve um processo de construção. Essa construção decorre de vivências exteriores, ou seja, de possibilidades materiais ocorridas em relações sociais, determinadas pelo tempo e pelo espaço. Estudar as mulheres do século XIX nos impõe romper com uma visão patriarcal, concebendo experiências plurais.

A influência européia contribuiu com a disseminação de ideais iluministas, liberais, raciais e patriarcais, assim como com a



disseminação de papéis sociais fixos, o que fez com que a maioria das mulheres fosse oculta, proporcionando visibilidade aos homens e ao movimento de mulheres elitistas.

Nesse sentido, o objetivo do artigo é contribuir com as discussões acerca da história das mulheres latino-americanas, descortinando o ideal generalizado do "outro", a fim de percorrer diferentes organizações de vida, família e sociedade, isso porque o discurso universalista que predominou nas ciências sociais destinou às mulheres o enquadramento a papéis sociais fixos, que não contemplam a multiplicidade. Por isso, muitos feminismos surgiram para mostrar que não necessitavam se encaixar num modelo para que suas histórias fossem ouvidas e aprendidas. Nesse artigo apontarei a experiência de mulheres que guerrearam entre os séculos XVII-XIX, mas que até hoje possuem suas histórias silenciadas pelo modelo europeu, patriarcal e sexista.

## **METODOLOGIA**

Inicialmente selecionei referenciais que pudessem oferecer a compreensão dos aspectos históricos, sociais e culturais do Brasil no século XIX. Em seguida, recorri a textos que analisavam experiências femininas plurais na América Latina. A partir dessas leituras constatei que dependendo da classe social e das condições materiais de vida, essas

mulheres seguiam ou não o padrão de comportamento europeu.

Segundo Chartier (1990, p. 16-17) “a história cultural tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. Por isso, a história cultural reconhece que nas relações sociais existem discursos permeados por aspectos referentes à dominação e ao poder. Desse modo, oferece a possibilidade de estudar a história das mulheres latino-americanas, vinculada-a a aspectos sociais, políticos, econômicos e de organização de vida. Logo, ao recorrer ao aporte epistemológico da história cultural estarei recuperando a constituição de movimentos sociais, estruturas e representações coletivas na América Latina, especificamente, no Brasil do século XIX.

## **Os aspectos históricos e culturais do Brasil pós-independência**

Após a independência do Brasil predominou-se na sociedade um pensamento eurocêntrico, o que fez com que muitos políticos e intelectuais da época defendessem a adoção de modelos europeus para a reestruturação do país. Eles relacionavam os problemas brasileiros às condições climáticas, raciais e geográficas, atribuindo-os caráter negativo, já que se diferenciavam do modelo



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

européu, considerado sinônimo de avanço na época. A Europa serviu de referencial para a consolidação do país, mas como a adoção dos modelos europeus tornou-se inviável, logo o Brasil passou a ser visto como espaço inferior a Europa.

Naquele período a dificuldade de implantação do modelo europeu no Brasil foi caracterizada como deformação da sociedade brasileira. Sob a égide do iluminismo desenfreado a maioria da sociedade e até mesmo alguns intelectuais defenderam o branqueamento populacional e o extermínio de alguns povos negros e indígenas. A influência do pensamento europeu ocorria porque os homens das famílias ricas estudavam na Europa, absorvendo teorias deterministas, positivistas e científicas.

É possível notar no livro *Os sertões* de Euclides da Cunha, responsável por cobrir a rebelião de Canudos, descrevendo as secas como fatalidades, responsabilizando a população mestiça pelos atrasos do país. Euclides classificou os mestiços como selvagens, os quais apresentavam ausência intelectual dos ancestrais superiores. Ao contrário de outros países latino-americanos, o Brasil defendia um desenvolvimento cultural por meio da “superação” de populações negras e indígenas, por isso, havia um forte estímulo a imigração como

estratégia para a promoção do embranquecimento populacional.

O Brasil preocupou-se, sobretudo, em defender uma educação baseada em princípios laicos, que viesse a construir uma identidade nacional, responsabilizando-se pelo surgimento de sujeitos que contribuiriam para o progresso do país. Existia naquele período a necessidade emergencial de se construir um sentimento nacionalista na população.

Os investimentos educacionais no Brasil do século XIX se voltavam para o ensino secundário/superior, diferente de outros países latino-americanos, como a Argentina, que investiu em um modelo de instrução primária para as massas.

Além disso, a primeira universidade brasileira só foi criada a partir da chegada da família Real, enquanto a primeira universidade da Argentina já havia sido criada desde o século XVII em Córdoba, o que possibilitou o acúmulo de grande quantidade de publicações, obras literárias e produções de cunho científico ao país. Logo, os investimentos educacionais na Argentina já haviam iniciado desde o século XVII, dando continuidade ao decorrer do século XIX para a promoção da instrução primária. Ao contrário da Argentina, o Brasil investiu inicialmente no ensino secundário/superior, a fim de formar sujeitos para atuarem como lideranças políticos ou organizadores da



burocracia estatal, promovendo um modelo de modernização industrial sem modernização social.

### **As experiências femininas plurais ao decorrer do século XIX**

Em geral, as mulheres ricas durante o século XIX possuíam um papel social específico, já que predominava o pensamento patriarcal, fortemente apoiado pelos dogmas da igreja, tornando a mulher responsável pelas atividades domésticas e pela criação dos filhos (as). Além do predomínio do pensamento patriarcal, endossado pelos dogmas cristãos, o século XIX caracterizou-se como um período de consolidação da independência e resgate de modelos europeus, impondo às mulheres brasileiras ricas padrões de comportamento que se assemelhavam com os das francesas. O Brasil precisava desvincular-se das tradições coloniais e acompanhar o ritmo dos países que haviam avançado cientificamente e tecnologicamente (França e EUA).

Implantou-se um projeto de modernização urbanístico que priorizava a higiene física e moral, a beleza e a disciplina social. Os governantes do Rio de Janeiro pretendiam transformá-la em uma cidade cosmopolita, imprimindo novas tradições e costumes, para isso a arquitetura portuguesa

deveria ser posta abaixo, dando lugar as construções modernas.

Os valores, o estilo e os parâmetros europeus assimilados eram inculcados, afirmando a superioridade da civilização européia e a rejeição da própria cultura, considerada primitiva e selvagem. O discurso europeu fez com que muitos brasileiros adotassem uma cultura importada, negando inclusive suas origens.

Nesse contexto, as mulheres de famílias de classe média/ricas não poderiam sair desacompanhadas nas ruas e deveriam casar-se muito cedo para adquirir experiências matrimoniais, já que assim alcançariam a plena felicidade. Quando solteiras pertenciam aos pais e depois de casadas tornavam-se propriedades dos maridos. O casamento permitia a ascensão ou a manutenção do status social, com isso meninas entre 12-13 anos poderiam casar-se com homens de até 70 anos. O fato das filhas chegarem aos 14-15 anos sem contrair matrimônio era algo preocupante para os pais das moças. Logo, a adolescência não era vivenciada por essas meninas, que normalmente ultrapassavam a infância para a maternidade.

A mulher passou a ser considerada base moral, devendo obedecer regras castas em encontros sexuais com o marido, bem como vigiar a castidade das filhas e cuidar da prole, mantendo-a saudável. A virgindade





funcionava como um mecanismo político e econômico. Era comum que as moças fossem trancadas em casa para preservar sua virgindade, assegurando uma aliança política. Este controle estava associado aos bens que deveriam ser zelados, já que o casamento representava a união de riquezas.

Entretanto, é importante destacar que as atividades fora de casa já eram exercidas por mulheres pobres que necessitavam assumir o comando dos lares quando eram abandonadas ou passavam por dificuldades financeiras, rompendo com a medicina social que atribuía as características de fragilidade e vocação maternal às mulheres e aos homens autoridade, empreendedorismo, sexualidade sem freios e racionalidade.

Betty Lerma, já atentava para um feminismo que não poderia ser único, porque as mulheres são diversas. Entretanto, há o predomínio de um feminismo colonizador, que ignora as lutas do terceiro mundo e conserva uma concepção única do feminismo. Betty Lerma foi uma feminista norte-americana, que pertenceu ao segmento dos subalternos e questionou o pseudouniversalismo europeu, que se deteve a uma experiência particular. Ao contrário disso, Simone de Beauvoir ao tratar a subalternização da mulher a relacionava a uma vida privada e dedicada a maternidade, portanto, não sendo capaz de abranger as

inúmeras diversidades de mulheres. Até hoje não se sabe se Beauvoir excluiu as mulheres pobres ou se buscou generalizá-las. Provavelmente, considerou o contexto em que viveu (Europa) para a construção de uma teoria feminista, colocando em questão apenas o patriarcalismo e a dominação masculina, desconsiderando aspectos econômicos e culturais.

Sendo assim, torna-se fundamental compreender o papel da mulher na América Latina a partir da teoria pós-colonial, observando que embora as mulheres das classes médias/altas possuíssem a influência européia, as mais pobres vivenciam experiências distintas.

### **A teoria pós-colonial e a experiências de algumas mulheres durante o século XVII e XIX**

O pós-colonialismo eclodiu na Inglaterra e nos Estados Unidos em 1980, expandindo-se geograficamente por vários países. Os estudos pós-coloniais tiveram referências em trabalhos como de Homi Bhabha, Gayatri Spivak, Edward Said, Paul Gilroy e Stuart Hall. Tais estudos conservavam influências pós-estruturalistas, pois se detinham a análise do discurso, criticando o processo de produção do conhecimento científico, que privilegiava a cultural da Europa Ocidental. Ao privilegiar



uma cultura, desconsiderava outras experiências.

Os estudos pós-coloniais reconfiguraram o campo discursivo e buscaram compreender as relações hierárquicas, analisando as opressões sofridas em decorrência das questões étnicas, de gênero ou raciais. Dessa forma, sofreram a influência de três correntes ou escolas contemporâneas, a primeira é o pós-estruturalismo, com os trabalhos de Foucault e Derrida, já que os autores pós-coloniais se preocupavam em aprender e reconhecer o caráter discursivo do social, a segunda influência é o pós-modernismo, para descrever e descentralizar narrativas e sujeitos dominantes.

O que caracteriza a situação pós-colonial é a incapacidade de sujeitos subalternos exporem suas narrativas, ou seja, de não possuírem autonomia para se expressar em decorrência do modelo europeu. Entre os subalternos podem-se destacar grupos étnicos, imigrantes em países do primeiro mundo, populações indígenas da América Latina e mulheres pobres. Os subalternos não foram inseridos às narrativas oficiais dos estados coloniais e nem dos estados nacionais recém-independentes, o que fez com que a teoria pós-colonial se concentrasse em situações específicas de vida.

A teoria pós-colonial como referência teórica para compreender o movimento de

mulheres latino-americanas pobres não defende o retorno a irmandade feminista dos anos 1970-1980, mas permite uma reflexão acerca da diferença e desenvolve a articulação entre a política identitária e a política de alianças.

A teorização de Anzaldúa recusa a redução da subjetividade histórica a uma categoria de identidade fixa e desconexa, apontando a necessidade de manter uma política de alianças sem deixar de considerar as especificidades das lutas de mulheres pobres.

Se refletirmos sobre o termo queer, comumente utilizado sob um aspecto unificador, englobando etnias, raças e classes, notaremos que ele reforça a solidificação de um movimento que apesar de lutar contra quem o oprime, homogeneíza e oculta diferenças. Portanto, o que Gloria Anzaldúa propõe é uma nova consciência, que se contraponha ao identitarismo essencialista e ao hibridismo hegemônico, rejeitando a história universalista, o que Anzaldúa critica é homogeneização e o encobrimento de conflitos sociais internos.

Por isso, a necessidade de se contar uma história vista de baixo, capaz de abarcar experiências plurais como resposta ao predomínio europeu, que insiste em ocultar da história mulheres pobres, guerrilheiras e ativista, as quais contribuíram para que o



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

movimento feminista na América Latina assumisse um papel diferente do feminismo europeu.

Somente o padrão eurocêntrico-iluminista afirmava que os únicos que participaram das guerras eram os homens, uma vez que é possível identificar a presença das mulheres nas lutas armadas. De acordo com Adelia (apud WOLFF, 2012) a compreensão de que as mulheres deveriam ser poupadas das lutas adveio da colonização portuguesa, que influenciou a proibição de mulheres em conflitos armados.

Maria Quitéria de Jesus Medeiros, por exemplo, foi uma das mulheres que se alistou como soldado Medeiros durante o século XIX. Quitéria lutou contra os colonizadores, que inconformados com a independência buscaram retomar o domínio do país, lutando contra tropas portuguesas contrárias ao grito de independência de Dom Pedro I. Mais tarde, o pai desvendou sua verdadeira identidade, mas Quitéria não foi expulsa do Exército e seu protagonismo possibilitou a abertura de uma turma de mulheres na Escola do Exército em Salvador, onde foi nomeada Patrona do Quadro de Oficiais do Exército. Assim como Teodora e Maria Rosa, que foram protagonistas na Guerra do Contestado e ficaram reconhecidas como ícones do movimento campista no oeste de Santa Catarina, outra mulher que podemos destacar

é Maria Bonita, que ao lado de Lampião lutou no sertão nordestino, sendo presa e morta pela polícia.

A historiografia oculta o nome dessas e de outras, como o de Benta Pereira, que se tornou heroína após ter expulsado as tropas partidárias do Visconde de Asséca, donatário das terras, desmistificando a ideologia romântica da mulher frágil física e emocionalmente.

No início da colonização portuguesa, os colonizadores encontraram no Brasil a população Goitacá, que se localizava na Costa Atlântica, próximo ao atual Rio de Janeiro. Foi então que iniciaram as guerras e as batalhas para escravizar a população nativa e expropriar suas terras e riquezas. Como o Brasil ainda pertencia a Portugal, Dom João III dividiu as terras brasileiras em doze capitanias hereditárias, destinadas a homens que se destacavam como vassalos em guerras para expandir o domínio português na Ásia e na África. A partir de 1536 Pero de Góis tornou-se responsável pela capitania de São Tomé, mais tarde conhecida como Paraíba do Sul.

Passaram-se 87 (oitenta e sete) anos até que em 1623, Gil Góis da Silveira, descendente de Pero de Góis, organizou uma luta para dominar a população local e reconquistar o território, mas, a população campista lutou e fez com que se espalhassem



comentários que a capitania de São Tomé era habitada por gentio bravo, indomável e invencível.

Em 1633 chega ao Brasil o General Salvador Correia de Sá e Benevides, que objetivava ampliar domínios e mediar usurpações. O general conseguiu uma carta régia para que os filhos tomassem posse das capitanias hereditárias. Como não houve acordo com o governo em relação à população campista, que recusava o novo donatário, 500 (quinhentos) homens e mulheres armados invadiram a Vila de São Salvador dos Campos dos Goitacás, onde todos os aliados do Visconde foram presos e algemados, já sem munição os combatentes campistas foram obrigados a abandonar a Vila, mas Mariana, filha de Benta Pereira, recusou-se a fugir e os partidários do donatário a deportaram para Benguéla na África.

Aos poucos é possível delinear uma lenda que fez referência a uma mulher campista, patriota e destemida. Quando a cidade de Campos dos Goytacazes comemorou o centenário, a prefeitura cunhou medalhas, conservando de um lado o escudo e as armas da cidade e do outro uma efígie em alto relevo com a inscrição de Benta Pereira. Benta serviu como inspiração para poemas e peças teatrais.

## CONCLUSÃO

A teoria pós-colonial ao lado da história cultural permite compreender diferentes sujeitos históricos. Eras (2011) afirma que buscar uma única concepção de história coloca em questão duas problemáticas: uma em relação ao sentido prático do conhecimento pedagógico e sociológico e outra relacionada às representações sociais. Portanto, um dos desafios postos aos movimentos feministas, a teoria pós-colonial e a história cultural é compreender o “Outro” a partir da relativização de práticas que antes eram concebidas como legítimas. Por isso, a importância de se utilizar como referencial a teoria pós-colonial e como metodologia a história cultural para descortinar múltiplas experiências, sem restringi-las aos modelos europeus dominantes.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Sônia Maria da Silva. **Educação e cultura nos escritos de José Veríssimo: apontamentos para a compreensão e discriminação do preconceito étnico no Brasil (Projeto)**. Belém, 2005. (Projeto e relatório CNPq).

COSTA, Cláudia, ÁVILA, Eliana. Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença”. In: **Rev. Estudos Feministas**, v. 13, nº 3, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2005000300014>. Acesso em 15 de setembro de 2015.





## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

ERAS, Lígia Wilhelms. As contribuições dos estudos culturais, pós-coloniais e das teorias feministas para o ensino de sociologia. In: **Rev. Inter-Legere**, Rio Grande do Norte, n° 9, p. 85-102, 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/4406/3594>. Acesso em 30 de outubro de 2015.

LERMA, Betty Lozano. El feminismo no puede ser uno porque las mujeres somos diversas. Aportes a un feminismo negro decolonial desde la experiencia de las mujeres negras del Pacífico colombiano. In: **La manzana de la discordia**, vol. 5, n° 2, p. 7-24, 2010. Disponível em: <http://manzanadiscordia.univalle.edu.co/volumenes/articulos/Vol5N2/art1.pdf>. Acesso em 10 de abril de 2016.

RIBEIRO, Adélia M. Subalternas e heroínas. Mulheres em guerra nos séculos XVIII e XIX: Por um feminismo decolonial. In: **Anais do evento estudos culturais e pós-coloniais: literatura e voz subalterna**, Espírito Santo, 2013. Disponível em: [http://www.lettras.ufes.br/sites/lettras.ufes.br/files/field/anexo/literatura\\_e\\_voz\\_subalterna\\_-\\_anais\\_site.pdf](http://www.lettras.ufes.br/sites/lettras.ufes.br/files/field/anexo/literatura_e_voz_subalterna_-_anais_site.pdf). Acesso em 29 de maio de 2016.

ROCHA, Elaine. As idéias e os números de gênero. In: **Rev. Brasileira de Estudos Populares**, Brasília, 1998. Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev\\_in/vol15\\_n1\\_1998/vol15\\_n1\\_1998\\_9resenha\\_133\\_137.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_in/vol15_n1_1998/vol15_n1_1998_9resenha_133_137.pdf). Acesso em 17 de outubro de 2015.

WASSERMAN, Claudia. A primeira fase da historiografia latino-americana e a construção da identidade das novas nações. In: **Rev. História da Historiografia**, Ouro Preto - Minas Gerais, n° 7, p. 94-115, 2011.

Disponível em: <http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/338>. Acesso em 15 de setembro de 2015.

